

RENATO YUITI TOMOEDA

A bipolaridade na responsabilidade civil automobilística: a culpa e o risco

Orientador: Prof. Antonio Alves do Prado
Filho.

CURITIBA

2001

RENATO YUITI TOMOEDA

A bipolaridade na responsabilidade civil automobilística: a culpa e o risco

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Antonio Alves do Prado Filho.

CURITIBA

2001

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATO YUITI TOMOEDA

A bipolaridade na responsabilidade civil automobilística: a culpa e o risco

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas , Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela banca examinadora formada pelos professores:

Orientador :

Prof.

.....

Prof.

.....

Prof.

Curitiba, ____ de _____ de 2001.

*Dedico esta obra a meus pais, Katsusuke e Teruyo que
me ensinaram que a forma mais digna de se alcançar um
objetivo é por meio de esforço, perseverança e
principalmente, gostando do que se faz.
E a meus avós, Kazuyoshi e Reiko que me mostraram
que a humildade e a paciência caminham lado a lado
para o alcance da sabedoria.*

Agradeço ao Professor Orientador Antônio Alves do Prado Filho, pelo esforço em nos atender e orientar, em meio ao escasso tempo de que dispõe devido à cátedra na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e demais afazeres referentes ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Especial agradecimento à Cíntia, a quem devo muito, dívida esta que ultrapassam os limites da feitura desta monografia.

Agradecimentos também, aos amigos, Luciano, Marcelo, Rodrigo e Tiago, pelos momentos que passamos durante a Faculdade, e principalmente pela amizade.

“Quem, pelo caminho que traçou a si mesmo, dissipou suas dúvidas, é um sábio”. Sidhartha

Sakya-muni Gautama, Buda.

“O que pensais passais a ser”. Gandhi

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
CAPÍTULO I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	3
3. HISTÓRICO	4
4. ALGUMAS DISTINÇÕES IMPORTANTES	7
CAPÍTULO II – TEORIA DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	13
5. A TEORIA DA CULPA	13
5.1 <i>Ação ou omissão do agente</i>	14
5.2 <i>A culpa do agente</i>	15
5.2 <i>Relação de causalidade (nexo causal entre dano e ação que a produziu)</i>	20
5.2.1 <i>Excludentes do nexo causal</i>	21
5.2.2 <i>Excludentes de responsabilidade</i>	22
5.3 <i>Dano experimentado pela vítima</i>	23
CAPÍTULO III – TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	26
6. A TEORIA DO RISCO	26
6.1 <i>Equidade</i>	28
6.2 <i>Princípio do interesse preponderante</i>	29
6.3 <i>Princípio da repartição do dano pela sociedade</i>	29
7. NOÇÃO DE RISCO	30
7.1 <i>Teorias</i>	30
7.2 <i>Responsabilidade por risco no ordenamento jurídico brasileiro</i>	31
8. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	35
8.1 <i>1º. Pressuposto : Ação (ou Omissão) do Agente</i>	36
8.2 <i>2º. Pressuposto: Nexo Causal</i>	37
8.3 <i>3º. Pressuposto: Dano</i>	38
9. TEORIAS ACERCA DO NEXO CAUSAL	38
9.1 <i>Teoria da equivalência das condições</i>	39
9.2 <i>Teoria da causalidade adequada</i>	39
9.3 <i>Teoria dos danos diretos e imediatos</i>	40
CAPÍTULO III - APLICAÇÃO DAS TEORIAS DA CULPA E DO RISCO NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO.....	42
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	58

RESUMO

A monografia consiste num apanhado geral sobre a responsabilidade civil, com uma abordagem que tem como base a análise da doutrina e principalmente a jurisprudência, não deixando de lado uma perspectiva histórica, e sua aplicação no campo dos acidentes automobilísticos, e explicaremos o porquê de se estudar este tema específico. Começamos tratando no primeiro capítulo alguns aspectos conceituais, e noções gerais, e nos dois capítulos subsequentes partimos para a análise das duas principais espécies de responsabilidade, a subjetiva e a objetiva. Abordamos os pressupostos, analisamos cada pressuposto sucintamente, abordamos a existência de cada um no ordenamento pátrio e também no Código Civil, suas características e tendências, e por fim no quarto capítulo trataremos da aplicação da teoria até então estudada no campo da responsabilidade civil automobilística, e concluímos no último capítulo, pela coexistência da responsabilidade subjetiva e objetiva, no nosso ordenamento, dando além de uma síntese conclusiva, uma perspectiva futura, pela análise do Projeto do Código Civil, que está em vias de aprovação.

CAPÍTULO I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. Introdução

O presente trabalho visa estudar a responsabilidade civil nos acidentes de trânsito, esclarecendo qual a importância da culpa e do risco e suas respectivas modalidades (responsabilidades subjetiva e objetiva, nesta ordem) na determinação daquele que será obrigado pela reparação do dano.

Escolhemos os acidentes automobilísticos devido à importância que este meio de transporte representa para a humanidade na contemporaneidade¹, e pelos dados estatísticos alarmantes que trazem à tona o problema que os acidentes causados por veículos automotores são, não só para as pessoas envolvidas, mas principalmente ao corpo social como um todo, haja vista que a segurança é um anseio de todos aqueles que fazem parte da coletividade.

Não abordaremos casos específicos de acidente, mas faremos aqui, um estudo genérico para determinarmos qual a alcance de uma e de outra teorias (subjetiva e objetiva), estabelecendo qual prevalece (se é que há esta prevalência) e daremos nossa visão das tendências que se apresentam tanto na doutrina quanto na jurisprudência, acerca da reparação civil.

¹ A ponto de Wilson Melo da Silva dizer que existe um “direito automobilístico”. Mais a este respeito, SILVA, Wilson Melo da, Da responsabilidade civil automobilística. 5ª- Edição. São Paulo: Saraiva, 1988, 600p.

Não temos a pretensão de esgotar o tema, e de antemão, nos desculpamos pelas abordagens um tanto quanto superficiais nos conceitos, mas o caráter monográfico da presente obra não nos permite um aprofundamento maior e mais detalhado, mas buscamos ser o mais claro e exaustivo possível, afim de que não restem dúvidas.

E além disso, tentamos sistematizar ao máximo para que nada faltasse para compreensão do objetivo principal desta presente obra, que é abordar a incidência nos acidentes de trânsito das teorias da culpa e do risco, e comprovar que elas não são excludentes mas, pelo contrário, elas se complementam no campo dos acidentes de trânsito, mas não só nestes, e sim em todos os casos de reparação civil.

Por fim é necessário esclarecermos que a delimitação aqui feita insere a responsabilidade fundada na culpa e a responsabilidade fundada no risco dentro do campo da responsabilidade civil. Isto é, não fazemos a distinção que alguns autores fazem entre a responsabilidade civil, que abarca apenas a responsabilidade subjetiva, e de outro lado, a obrigação de indenizar que surge com fundamento no risco. Para nós tanto um quanto outro são modalidades de responsabilidade civil, porém com fundamentos diferentes.

Além disso, utilizaremos aqui indistintamente a responsabilidade subjetiva como sinônimo de responsabilidade fundada na culpa, e responsabilidade objetiva como sinônimo de responsabilidade fundada no risco, ou responsabilidade sem culpa.

2. Conceito de responsabilidade civil

Há uma certa dificuldade para a doutrina estabelecer um conceito de responsabilidade civil².

Muitas das obras que tratam do assunto que visamos estudar nem ao menos trazem um conceito. Nós apresentaremos aqui alguns conceitos retirados da doutrina como premissas para tentativa de estabelecer um conceito próprio.

Silvio Rodrigues³ empresta o conceito de Savatier e define a responsabilidade civil como uma “obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.

Serpa Lopes⁴ diz que é “obrigação de reparar um dano, seja por decorrer de uma culpa ou de uma circunstância legal que a justifique, como a culpa presumida, ou por uma circunstância meramente objetiva.”

O italiano Giorgio Giorgi⁵, conceitua a responsabilidade civil como “a obrigação de reparar mediante indenização quase sempre pecuniária, o dano que o nosso fato ilícito causou a outrem.”

E para Maria Helena Diniz⁶ a responsabilidade civil é “a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou

² (Henri e Leon Mazeaud e Tunc, *Traité de la responsabilité civile*. 5.ed. Editora Montchretien, v.1, 1957. p.1-2.).

³ RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil: responsabilidade civil*. 6ª- Edição. São Paulo: Saraiva, Volume IV, 1982.

⁴ LOPES, S. *Curso de direito civil*. 2.ed. : Freitas Bastos, v.5, 1962. p.188-189.

⁵ GIORGI, G. *Teorie delle obbligazioni nel diritto moderno italiano*. 3.ed. Firenze: Fratelli. Camelli, v.5, 1892. p.224.

patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.”

Enfim, a partir destes conceitos, podemos considerar que a responsabilidade civil corresponde a uma obrigação de reparação pecuniária que surge para aquele que causou o dano ou aquele que a lei estabelece como responsável pela reparação, pelo vínculo que há entre o causador do dano e este.

Logicamente este conceito é demasiado simples e criticável, porém tentou-se nele abarcar tanto as hipóteses de responsabilidade subjetiva quanto as de responsabilidade objetiva.

3.Histórico

Desde o momento em que o homem tornou-se um ser social, surgindo o convívio, passou a existir uma interferência de um indivíduo na esfera de vida do outro. A convivência se mostrou de vital importância para a sobrevivência e a evolução do ser humano, e esta convivência muitas vezes trouxe conflitos, haja vista que ao mesmo tempo em que o homem é um ser social, também prima pela individualidade, protegendo os seus interesses.

⁶ DINIZ, M.H. *Curso de direito civil brasileiro – Responsabilidade civil*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, v.7, 1981. p.32.

Inicialmente, os prejuízos experimentados por qualquer indivíduo eram resolvidos à base da força, isto é, uma fase da chamada “vingança privada” (uma reação humana natural ao mal sofrido), época na qual, não existia o Estado, nem qualquer outra forma organizada de poder para a regulamentação normativa das atividades humanas.

Muitos autores reportam ao Código de Hamurábi, na Pena de Talião, a primeira forma institucionalizada de idéia da punição do dano.

Contudo, é em Roma que encontramos a primeira atuação do Poder Público, de modo a permitir ou excluir a responsabilidade⁷. Todavia, mesmo em Roma, inicialmente, existia a vingança privada, surgindo após isso à composição voluntária, em que o particular fazia um acordo em dinheiro ou em outros bens materiais, ao invés de suportar um dano semelhante ao que sofrera. Isso já significava uma evolução com relação às demais formas de composição que até então havia.

Posteriormente surge o que Alvino Lima chamou de composição tarifada, que consistia na composição através do Estado, contido na Lei das XII Tábuas, em que o próprio Estado estabelece o valor da pena a ser paga pelo dano causado.

Nota-se porém, que nesta forma de reparação não há distinção entre responsabilidade civil e criminal. A pena e a reparação eram tratadas igualmente nesta época.

Foi com a Lei Aquilia que surgiram as bases estruturais da chamada responsabilidade extracontratual⁸ que deu origem ao elemento da culpa,

⁷ LIMA, Alvino. *Da culpa ao risco*, São paulo, Revista dos Tribunais, 1938,. p.10.

⁸ ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*, São Paulo: Saraiva, 2000, p.6

na responsabilidade civil, que até então não era analisado para efeitos de reparação.

Com o Direito Romano, evidenciamos a passagem da vingança privada para a efetiva participação estatal na reparação do dano, havendo até o início da dissociação da responsabilidade penal e civil.

Os contornos atuais da responsabilidade civil têm suas bases no Código Napoleônico, que adotou nos seus artigos 1382 e 1383 a teoria da culpa, pelo qual o causador do dano teria que repará-lo por ter violado o dever legal de conduzir diligentemente para evitá-lo. Quem age culposamente comete ato ilícito, e deste ilícito surge o dever de reparar o dano.

Com a vida moderna, iniciou-se uma fase de grande perigo à saúde e a vida humana, com a evolução tecnológica e a produção em larga escala, o que causou a insuficiência de uma teoria que se baseasse somente no elemento culpa, surgindo hipóteses em que danos sofridos pelas pessoas não eram na prática, reparados. Aparece neste contexto a teoria do risco, que tem como base a garantia de todo o risco, ante a dificuldade da prova da culpa, além da idéia de que o indivíduo responsável pela origem do risco deve reparar o dano e também de que quem obtém lucro com a atividade do risco deve reparar o dano.

O caráter objetivo evolui no sentido da extensão ou área de incidência (número de pessoas responsáveis e fatos que ensejam a responsabilidade) e a sua profundidade ou densidade (exatidão da reparação)⁹.

⁹ (WALD, Arnoldo. Correção monetária das indenizações decorrentes de responsabilidade civil. RT, 434:11.

Ocorre uma transferência de responsabilidade de reparar o dano, ao que chamamos socialização da responsabilidade, como ocorrem nos acidentes de trânsito, em que a seguradora tem o dever de indenizar dano por fato de terceiros.

Os beneficiários da indenização também aumentam, sendo legitimados para exigir reparação todos aqueles que sofreram as consequências jurídicas dos prejuízos.

O direito contemporâneo busca reparação do dano material e do dano moral, e a idéia de *restitutio in integrum*. Visando também restaurar a vítima ao status que ante ao evento danoso.

Enfim, estes são os aspectos da evolução da responsabilidade civil e um panorama do estágio atual, ao qual tentaremos nos aprofundar um pouco mais nos capítulos que se seguem, principalmente no que tange à responsabilidade objetiva e a responsabilidade subjetiva.

4.Algumas distinções importantes

A responsabilidade é uma manifestação da natureza conflitual humana. O homem ao mesmo tempo em que busca equilíbrio e harmonia na sociedade, tem seu lado egoísta e individualista que é , até certo ponto, a exteriorização do seu livre arbítrio.

Há uma eterna luta entre estas duas faces do homem, e quando uma atitude individualista atinge a esfera individual do outro causando

desequilíbrio social, busca-se restabelecer a o equilíbrio essencial à existência do homem, mediante reparação. Este é a essência da noção de responsabilidade¹⁰.

Esta responsabilidade, entendida como a busca do equilíbrio, inicialmente conseguia-se pela força. O mais forte impunha o equilíbrio que lhe convinha (Lei de Talião). Contudo, o espírito humano evoluiu, e evolui no sentido das leis, do direito. O qual instituiu regras para a manutenção da sociedade equilibrada, e sanções para a eventual quebra do equilíbrio, e ainda, regras para restabelece-la.

O desequilíbrio social muitas vezes se corporificava em prejuízos. E somente quando há prejuízo, passa a importar ao direito, assim pensa Stocco, como se observa na seguinte passagem: "... não se cogita da responsabilidade jurídica enquanto não há um prejuízo".¹¹

São os prejuízos decorrentes da não observância das normas, que visam manter o equilíbrio quebrado em decorrência de atos ilícitos (normas legais ou contratuais), ou até mesmo prejuízo decorrentes de atos lícitos (art. 160 II c.) que fazem surgir à idéia de obrigação de reparação do dano.

Enfim, "toda atividade humana traz em si o problema da responsabilidade".¹²

No mesmo sentido, Siognamiglio doutrina que "L'idea della Soggezione alla conseguenze sfavorevoli della propria condotta" , isto é a

¹⁰ DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil. Volume VII, 3ª- Edição, São Paulo: Saraiva, 1987.

¹¹ STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência. 4ª- ed, Rio de Janeiro: Aide Editora 1989.

¹² DIAS, José de . Da responsabilidade civil. 10ª- ed . Rio de Janeiro: Forense, 1995. Vol. I, p. 1

idéia de sujeição para o citado autor italiano é uma consequência desfavorável da própria conduta¹³.

Neste ponto identificamos a principal distinção entre responsabilidade moral e jurídica, é que a responsabilidade moral importa numa reprovação da conduta pela sociedade, mas a responsabilidade jurídica importa no surgimento de obrigação da reparação do dano causado pelo ato

Feita esta primeira distinção entre responsabilidade moral e jurídica, passemos agora dentro da seara do direito, distinguir a responsabilidade penal da civil.

Na responsabilidade penal atinge-se norma de direito público, perturbando a ordem social, e a sociedade reage aplicando a pena.

Não se cogita em prejuízo particular, e sim, preocupa-se primeiramente pelo interesse público e secundariamente pelo interesse do ofendido.

Porém a responsabilidade civil decorrente de ilícito civil visa diretamente o interesse particular do lesado. A sociedade reage impondo uma obrigação de reparação de lesão, que somente será exigido com o interesse em pedir a indenização, e a atuação do lesado.

Existem algumas condutas que são recriminados de tal maneira pela sociedade de uma dada época, que, são tipificadas como crimes, sendo estes inseridos no rol de normas do Código Penal, cuja violação enseja a responsabilidade penal .

¹³ SCOGNAMIGLIO, Renato. Responsabilità civile. In: Novissimo Digesto Italiano. Torino, Editor Torinese, 1968. v.15.p. 633.

Contudo esta separação muitas vezes não é estanque. Muitos atos podem ser ilícitos tanto na esfera cível quanto criminal. Podemos considerar o homicídio como um exemplo típico. Na esfera penal é considerado crime, previsto no artigo 121 do Código Penal e provoca efeitos também na esfera cível, prevendo indenização no artigo 1537 do Código civil que dispõe:

“Art.1537 - A indenização, no caso de homicídio , consiste:

I – no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II – na prestação de alimentos às pessoas a quem o defunto os devia.”

Feitas estas primeiras diferenciações, estamos agora para o campo da responsabilidade civil propriamente dita.

Quanto ao seu fato gerador, podemos distinguir a responsabilidade contratual da extracontratual.

A responsabilidade contratual resulta de ilícito contratual. Implica dizer em falta de adimplemento ou mora em adimplemento de obrigação contratual. Decorre de relação obrigacional preexistente e pressupõe a capacidade de contratar, tanto daquele que pede reparação quanto daquele de quem se pede.

O devedor inadimplente causa prejuízo ao credor e terá que reparar, conforme prevê o artigo 1056 do Código Civil, que trata da responsabilidade nos seguintes termos:

“Art. 1056 – Não cumprindo a obrigação, ou deixando de cumpri-la pelo modo e no tempo devidos, responde o devedor por perdas e danos.

Somente se exime se comprovar inexistência de culpa ou fato que exclua a obrigação de indenizar, obedecendo ao que estabelece o artigo 1058 abaixo transcrito:

“Art. 1058 – O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito, ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado, exceto nos casos dos arts. 955, 956 e 957”.

Ex: responsabilidade contratual do transportador em casos de acidentes em que se ferem passageiros. O transportador tem dever contratual de transportar em segurança seus passageiros do local de origem até o local de destino.

A responsabilidade extracontratual ou aquiliana deriva de lesão a um direito sem que preexistia relação obrigacional entre lesado e o agente causador do prejuízo. Ex: atropelamento que causa lesão corporal, surge

para quem atropelou, o dever de indenizar, sem que necessariamente **exista** alguma relação obrigacional entre lesado e causador da lesão¹⁴.

Aqui o ônus da prova é do lesado, que deve provar a culpa do **agente**. A não comprovação da culpa, acarretará o não ressarcimento do **lesado**.

Contudo, há casos em que não há necessidade de prova da culpa, **pois** se funda a responsabilidade no risco da atividade, ou no proveito econômico que tem o causador do dano com a atividade.

Quanto ao fundamento da responsabilidade, temos a responsabilidade subjetiva que se funda na culpa ou dolo do agente na **ação** ou omissão lesiva. Há a necessidade de prova de culpa para que surja o dever de indenizar.

E temos também a responsabilidade objetiva, em que não se cogita da existência da culpa, basta o nexo causal entre o prejuízo e a **ação** do agente para o surgimento do dever de indenizar. (Esta distinção será estudada com maior aprofundamento no decorrer do trabalho).

E finalmente quanto a seu agente, pode ser responsabilidade direta, quando o agente causador do dano responde por ato próprio e indireto, quando a responsabilidade deriva de atos de terceiros, com o qual o responsável tem vínculo legal de responsabilidade.

¹⁴ o Art 1538 do Código civil prevê “no caso de ferimento ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até o fim da convalescença, além de lhe pagar a importância da multa no grau médio da pena criminal correspondente”.

CAPÍTULO II – TEORIA DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

5.A teoria da culpa

O nosso C.C. adotou esta teoria no artigo 159, que se insere no título que trata dos atos ilícitos, da seguinte forma:

“Art. 159 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”.

Silvio Rodrigues¹⁵ traz em sua obra como um princípio geral do direito, o fato de que se “impõe a quem causa dano a outrem, o dever de reparar.” Este princípio é diretamente informado pelo supracitado artigo 159.

Contudo, nem todas as hipóteses de responsabilidade podem ser subsumidas a esta hipótese legal. E estas que não podem ser inseridas no contexto deste artigo são abarcadas pela responsabilidade civil objetiva que trataremos em capítulo à parte.

¹⁵ RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: responsabilidade civil. Vol IV, 6ª- ed. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 13.

A responsabilidade subjetiva tem como pressupostos:

- a) Ação ou omissão do agente;
- b) Culpa do agente;
- c) Relação de causalidade;
- d) Dano experimentado pela vítima.

Agora passaremos a estudar cada elemento com um pouco mais de **cuidado**.

5.1 Ação ou omissão do agente

A responsabilidade do agente pode surgir do ato próprio, de **terceiros** (tutelado, curatelado, empregado, etc.), de coisas e animais sob **sua** guarda.

Esta ação ou omissão torna-se ilícita, pois viola o dever legal ou **foge** da finalidade social ao qual se destina (abuso de direito), causando **prejuízo** a outrem.

Enfim, como sustenta Stocco¹⁶:

“...deve haver um comportamento de agente, positiva (ação) ou negativa (omissão), que, desrespeitando a ordem jurídica, cause prejuízos a outrem, pela ofensa à bem ou a direito deste. (Esse comportamento omissivo ou emissivo) deve ser imputável à consciência do agente por dolo (intenção) ou por culpa (negligência, imprudência ou imperícia),

¹⁶ STOCOCO, Rui. obra citada, p. 53.

contrariando, seja um dever geral do ordenamento jurídico (delito civil), seja uma obrigação em concreto (inexecução da obrigação ou de contrato)".

Portanto, exclui-se ato praticado sob coação absoluta; estado de inconsciência, hipnose, sonambulismo, etc. e acrescenta que "não há responsabilidade civil sem determinado comportamento humano, contrário à ordem jurídica"¹⁷ ; a ação e a omissão, constituem para este autor o "primeiro momento da responsabilidade civil".

5.2 A culpa do agente

A culpa pode ser definida, segundo Aguiar Dias como "a falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, o desprezo por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração de conseqüências eventuais de sua atitude"¹⁸.

A culpa para Mazeaud e Mazeaud envolve a noção de erro de conduta, aferido abstratamente comparando se o comportamento do causador do dano é normal ao padrão do homem médio ou foi imprudente, negligente, ou derivou de imperícia.

¹⁷ STOCOCO, Rui. Obra citada, p. 54.

¹⁸ STOCOCO, Rui. obra citada, p. 65.

A lei diz: a ação ou omissão *“voluntária, negligência ou imprudência”*, portanto, a ação ou omissão do agente deve ser dolosa ou culposa para ensejar a obrigação de reparar.

O dolo pode ser entendido como violação deliberada, consciente e intencional de um dever legal, que causa um resultado danoso, que foi buscado pelo agente.

No caso da culpa, o agente não desejava causar dano à vítima, mas sua ação ou omissão foi negligente, imprudente ou agiu com imperícia, causando dano. “A negligência é a inobservância de normas que nos ordenam agir com atenção, capacidade, solicitude e discernimento; a imprudência é a precipitação ou o ato de proceder sem cautela; e finalmente, a imperícia é a falta de habilidade ou inaptidão para praticar certo ato”¹⁹.

A culpa deverá ser comprovada pela vítima. E a prova da culpa muitas vezes é considerada extremamente difícil, por vezes impossível, fazendo com que a pretensão de ter ressarcido seu prejuízo é inatingível, daí se admitir em muitos casos, como no CODECON (Código de Defesa do Consumidor) a inversão do ônus da prova, e responsabilização objetiva.

A relevância ou não da existência de culpa é de vital importância para a distinção entre responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Portanto, nos ateremos um pouco mais neste pressuposto.

Savatier magistralmente nos esclarece que a culpa pressupõe um dever violado, que é seu elemento objetivo e a imputabilidade do agente (possibilidade do conhecimento e observância do dever pelo agente) que

¹⁹ DINIZ, Maria Helena. Obra citada. P. 37.

é seu elemento subjetivo, e define a culpa como a inexecução de um dever que o agente podia conhecer e observar.

Portanto, a culpa provém de um ato voluntário, isto é, realizado com os necessários elementos internos: discernimento, intenção e liberdade. “Mas à vontade do sujeito, no ato culposo, vai endereçada à sua realização, mas não à consequência nociva”, diz Atílio Aníbal Alterini.²⁰

A culpa na teoria da responsabilidade subjetiva, pode ser classificada:

a) Conforme natureza do dever violado:

1. Culpa contratual – dever violado se fundou em contrato. (art. 1056 CC)²¹
2. Culpa aquiliana – violação a preceito geral de direito que protege a pessoa e bens alheios. (art. 159)

b) Quanto à graduação:

1. Culpa grave – falta imprópria no comum dos homens.
2. Culpa leve – falta evitável com atenção ordinária, diligência do *bonus pater familias*.
3. Culpa levíssima – falta evitável com atenção extraordinária, ou especial liberdade, ou conhecimento singular.

²⁰ apud. STOCCO, Rui. obra citada. p 55

²¹ Art.1056 – Não cumprindo a obrigação, ou deixando de cumpri-la pelo modo e no tempo devidos, responde o devedor por perdas e danos.

Não existe grande interesse, haja vista que a maioria dos juristas entende que a gravidade da culpa não interfere na reparação do dano.

c) Em função do conteúdo da conduta culposa:

1. Culpa *in comittendo* – prática de ato positivo (imprudência), que causa prejuízo.
2. Culpa *in omittendo* - cometer uma abstenção (negligência), tendo o agente o dever de praticar o ato e a probabilidade de não ter ocorrer o dano caso agisse.
3. Culpa *in eligendo* – má escolha daquele “quem se confia prática de ato ou cumprimento de obrigação”.
4. Culpa *in vigilando* – falta de atenção com procedimentos de outrem.
5. Culpa *in custodiendo* - falta de cautela em relação à pessoa animal ou coisas sob cuidados do agente.

Antes de iniciarmos outro tópico, faz-se necessário tratar da **imputabilidade**, elemento constitutivo da culpa.

Um indivíduo é considerado imputável se pratica os atos danosos de forma livre e consciente. Isto é, o agente deve ter capacidade de entendimento (ou discernimento) e auto determinação, sendo que, caso haja prejuízo este responde.

Exclui-se a imputabilidade no caso de:

- a) **Menoridade** – menor de 16 anos são inimputáveis. Quem responderá por seus atos são seus pais, tutores a quem incumbe a vigilância.
- b) **Demência ou grave desvio mental** - responde por seus atos, aquele que tem sua guarda.
- c) **Consentimento da vítima** – se a vítima consentiu de forma livre, sem coação, sendo este capaz, na lesão de seu direito, não haverá ilicitude.
- d) **Exercício normal de um direito** – somente há imputabilidade no caso de abuso de direito. (art 160, I, CC)²²;
- e) **Atos praticados em legítima defesa** – atos lesivos praticados em legítima defesa não são considerados ilícitos, portanto, não acarreta o dever de indenizar.
- f) **Estado de necessidade** – o agente age causando dano a outrem, porém, para remoção de perigo eminente. Contudo não deve exceder os limites indispensáveis para remoção de perigo. (art. 160, único)²³

No campo do direito penal a ilicitude é excluída nos seguintes casos, expressos no artigo 23 do Código Penal:

²²Conforme o citado artigo o exercício regular do direito não constitui ato ilícito:

Art 160. Não constituem atos ilícitos:

I – os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

²³O estado de necessidade também exclui a ilicitude do ato. Na esfera cível temos o artigo abaixo transcrito:

Art. 160 – Não constituem atos ilícitos:

(...)

Parágrafo único. Neste último caso, o ato será legítimo, somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato:

I – em estado de necessidade;

II – em legítima defesa;

III – em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito;

Parágrafo único. O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

5.2 Relação de causalidade (nexo causal entre dano e ação que a produziu)

Conforme **Sílvio Rodrigues²⁴** “para que surja a obrigação de reparar, mister se faz à prova da existência de uma relação de causalidade entre a **ação** ou omissão culposa do agente e o dano experimentado pela vítima.”

Deve haver um vínculo entre ação e dano, de modo que a ação seja considerada como causa do dano (não precisa ser imediata, basta verificar que o dano não ocorreria, se a ação não ocorresse).

É um pressuposto da responsabilidade que deve ser provado pelo autor da demanda.

²⁴ **RODRIGUES, Sílvio.** Direito civil – Responsabilidade civil. 6ª- ed. São Paulo: Saraiva, 1982. p. 18.

5.2.1 Excludentes do nexo causal

Não haverá nexo e portanto responsabilidade caso o evento ocorra por:

- a) Culpa exclusiva da vítima – neste caso, o agente causador funciona como instrumento para a ocorrência da lesão.
- b) Culpa concorrente, da vítima e do agente – cada um responde pela proporção em que concorre para o dano. Neste caso atenua-se a responsabilidade, em regra, cada um responde proporcionalmente pela indenização.
- c) Culpa de terceiro – provado que o dano é resultante de ato de terceiro, o ofensor fica isento de responsabilidade.
- d) Força maior ou caso fortuito – (art. 1058 CC) estas duas circunstâncias eliminam a culpabilidade pela inevitabilidade.

Existem dois requisitos: o objetivo, que é a inevitabilidade do evento e o subjetivo, que seria a ausência de culpa na produção do evento.

A força maior, geralmente, é decorrência de fatos da natureza. Por exemplo: o raio que provoca incêndios, inundações, etc, e o caso fortuito são eventos ou atos alheios à vontade das partes.

No caso das relações de trânsito teríamos o furto de veículo como caso fortuito, ficando o dono do veículo isento da responsabilidade por acidente em que se envolva o veículo furtado. Há jurisprudência neste sentido que citamos abaixo:

“O dono de automóvel não é responsável por dano causado quando esse veículo foi furtado e dirigido por ladrão, abalroou outro carro”.(RT 414/144).

Outro exemplo é o acidente provocado por fatos naturais, com caráter irresistível e imprevisível, como terremotos, inundação, raio, desmoronamento, etc.

5.2.2 Excludentes de responsabilidade.

Estabelecidas estas excludentes de nexos causal, e somadas as excludentes de imputabilidade, já mencionadas, teremos o rol completo dos **excludentes de responsabilidade**. São eles: a menoridade, a demência, ou desequilíbrio mental, o consentimento da vítima, o exercício normal de um direito, atos praticados em legítima defesa, estados de necessidade, culpa exclusiva da vítima ou concorrente, culpa de terceiro, força maior ou caso fortuito (estes acima já mencionados).

Além disso, temos indiretamente a prescrição. Pois neste, há o fim do direito de acionar do lesado contra o causador da lesão, se eximindo do dever de indenizar.

Outra possibilidade é da existência de cláusula de não indenizar, apesar deste ser estrito a responsabilidade contratual e possuir restrições até mesmo dentro dela. A cláusula de não indenizar, conforme Sílvia Rodrigues²⁵:

“...é aquela estipulação através da qual uma das partes contratantes declara, com a concordância da outra, que não será responsável pelo

²⁵ RODRIGUES, Sílvia. Obr citada, p. 197.

dano por esta experimentada, resultante da inexecução ou da execução inadequada de um contrato, dano este que, sem a cláusula, deveria ser ressarcido pelo estipulante.”

5.3 Dano experimentado pela vítima

É importante a existência de dano, pois o ilícito só se torna importante para o direito civil quando causa prejuízo a alguém. (art. 1059 e 1060 do CC)

Esta idéia é aceita por vários autores como Maria Helena Diniz, que diz “não pode haver ação de indenização sem a existência de um prejuízo”. Mais à frente, acrescenta: “... é imprescindível a prova real e concreta dessa lesão”²⁶

O dano para Carlos Alberto Bittar, é o “prejuízo ressarcível experimentado pelo lesado, traduzindo-se, se patrimonial, pela diminuição patrimonial sofrida por alguém em razão de ação deflagrada pelo agente, mas pode atingir elementos de cunho pecuniário e moral .”²⁷

Para Enneccerus, o dano é “toda desvantagem que experimentamos em nossos bens jurídicos (patrimônio, corpo, vida, saúde, honra, crédito, bem –estar, capacidade de aquisição, etc).”²⁸

Na Constituição Federal de 1988, a noção de dano é abrangente. Assegura direito à indenização por dano material, moral e à imagem. (art.

²⁶ Diniz, Maria Helena. Obra citada, p. 50.

²⁷ BITTAR, Carlos Alberto. Apud DINIZ, Maria Helena. Obra citada, p.52.

²⁸ ENNECERUS, in GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. Marília: Editora Seleções Jurídicas, 1979, p. 163.

5º., V, CF88) E protege a intimidade, a vida privada, a honra e imagem das pessoas, sob pena de indenização por dano material e moral (art 5º., X, CF88).

Em sua obra, Maria Helena Diniz, apresenta os requisitos para a existência do dano indenizável. São eles:

- a) diminuição ou destruição de um bem jurídico patrimonial ou moral de outrem pelo agente;**
- b) efetividade ou certeza do dano. A lesão não deve ser hipotética, deve ser real e efetiva, necessitando de prova do dano. O dano pode ser potencial desde que seja consequência certa e inevitável da ação;**
- c) causalidade entre dano e o ato que lhe causa;**
- d) subsistência do dano no momento do pedido de indenização;**
- e) legitimidade. Os titulares do direito atingido são, em princípio, legitimados para pleitear a indenização;**
- f) ausência das causas excludentes de responsabilidade.**

O dano é um tema que reporta a grandes discussões, porém, não nos aprofundaremos no seu estudo, por não ser objeto específico do trabalho.

Apresentadas às idéias básicas da responsabilidade subjetiva, começarão a tratar aspectos da responsabilidade objetiva. Contudo, para uma melhor sistematização achamos por bem dar ao menos uma notícia acerca de uma teoria intermediária entre a responsabilidade subjetiva e objetiva que é a **teoria da culpa presumida**.

Nessa teoria, o fundamento da responsabilidade civil, ainda continua a ser o conceito genérico de culpa. O que a distingue da doutrina subjetivista é o ônus da prova. Que passa a ser do causador do dano, mediante uma presunção relativa de culpa. Foi o modo encontrado de facilitar o acesso do lesado a indenização, pois pela teoria tradicional o acesso a esta era uma tarefa árdua devido à dificuldade de comprovação.

Mesmo com inversão do ônus da prova, continua a existir a necessidade da prova de culpa, porém, este agora passa a ser ônus do causador da lesão. Enfim, essa teoria foi um início da degradação da culpa como elemento único da responsabilidade civil, como bem observa Aguiar Dias ²⁹. "... o expediente da presunção de culpa é, embora não confessem os subjetivistas, mero reconhecimento da necessidade de admitir o critério objetivo."

Contudo, é mister dizer que não se confunde com a responsabilidade objetiva, pois neste a indagação sobre a culpa nem mesmo existe. Agora passaremos a tratar sobre esta teoria.

²⁹ DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Apud STOCCO, Rui. Obra citada, p. 64.

CAPÍTULO III – TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

6.A teoria do risco

Não é só o ato ilícito que causa prejuízo. Muitas vezes a lesão a um direito subjetivo não deriva de um ato ilícito, podendo mesmo assim ensejar a responsabilidade, portando cria uma obrigação de indenizar.

Na maioria das vezes o prejuízo é suportado pelo próprio titular do direito subjetivo atingido, pois parte-se da idéia de que o eventual prejuízo é um risco inerente ao benefício.

Contudo, a ordem jurídica, por vezes faz recair a obrigação de indenizar à pessoa diversa do titular do direito subjetivo lesado, por um ato que não se enquadraria no que chamamos de ato ilícito.

Este é o campo de aplicação da teoria do risco.

Esta teoria surge a partir da segunda metade do século XIX, à época da Revolução Industrial. Neste período, houve grande desenvolvimento tecnológico, e conseqüente produção em massa, rápida evolução da comunicação e transporte. E na sociedade é observadas uma diminuição substancial de mão-de-obra no campo que imigra para as cidades a procura de conforto, bem-estar e melhores condições de vida que a Revolução trouxe. Pois havia maior produção com menores custos, portanto, um maior acesso aos produtos.

Esta revolução tecnológica também trouxe crescimento desordenado das cidades, más condições de trabalho, além do perigo ao qual o trabalhador passou a ser exposto.

Neste contexto, devido aos infortúnios ocorridos que não possuíam meios legais que possibilitavam a reparação adequada, surge a teoria da responsabilidade objetiva. Buscou-se um novo fundamento para a responsabilidade civil, para resolver o problema dos danos a direitos provocados por riscos surgidos com a nova ordem econômica.

A vítima pela teoria tradicional precisava provar o dano, a culpa do agente e nexo de causalidade. Muitas vezes, a vítima não conseguia prová-los e não obtinha indenização.

Esta situação gerava insatisfação dos conflitos de interesses. Isso ia contra a idéia de manutenção do equilíbrio e paz social.

Devido a esses aspectos surge a teoria da responsabilidade objetiva, como uma manifestação do sentimento de justiça e equidade. Esta idéia de “dar a cada um o que lhe é devido”. Devido à influência desta visão nasce regras para aquele que obtém lucro pela atividade produtiva que trás riscos para outrem venha a reparar os possíveis prejuízos causados a estes.

Deixa-se de lado a culpa, entra-se na era dos riscos.

O sistema individualista da culpa evolui para um sistema solidarista de reparação do dano³⁰.

³⁰ MORION, Gaston. Apud DIAS, Aguiar. Da responsabilidade civil. 10ª- ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, Volume I, p. 16.

Para Wilson Melo da Silva³¹ os elementos basilares da responsabilidade sem culpa são a paz social, a solidariedade, o bem comum e a equidade.

O restabelecimento do equilíbrio social quebrado com o ato danoso deve fundar a responsabilidade civil.

Os princípios vetores da responsabilidade objetiva são: equidade, princípio do interesse preponderante, princípio da repartição do dano pela sociedade.

6.1 Equidade

Alguns princípios, como a equidade, que orientam a responsabilidade objetiva leva ao reconhecimento da responsabilidade do alienado, sem culpa, existindo possibilidade econômica deste, como prevê o art. 927 do Projeto de Lei do Código Civil de n.118, de 1984 (n. 634/75 na Casa de origem), como se vê abaixo:

“ Art.927. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de o fazer ou não dispuserem de meios suficientes”.

E em seu parágrafo único acrescenta:

³¹ SILVA, Wilson Melo da. Responsabilidade sem culpa. São Paulo: Saraiva, 1974. p. 149

“Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se ela privar do necessário o incapaz, ou as pessoas que dele dependem”.

6.2 Princípio do interesse preponderante

Levando o princípio acima ao extremo, situações esdrúxulas poderiam ocorrer como no caso em que o agente que tiver grande possibilidade econômica ter que pagar vultuosas indenizações muitas vezes superiores ao prejuízo causado, ou situações contrárias em que o agente não possua condições financeiras em que este ficaria totalmente irresponsabilizado. Esse princípio é denominado por Marton Savatier e Salas de princípio do interesse preponderante. Este alarga, como se viu, a responsabilidade daquele que tem boa situação financeira.

6.3 Princípio da repartição do dano pela sociedade

Por esse princípio, a sociedade responde pelos danos suportados por um de seus membros pelo simples fato de que o desenvolvimento tecnológico que vem a criar os riscos visa o bem da sociedade.

Visto dessa maneira, este princípio seria um freio a atividade produtiva, além de provocar uma enorme quantidade de demandas que visam indenização. Com o objetivo de evitar este quadro, figura o seguro

como um importante instrumento de socialização do risco, que muitas vezes chega a tornar-se obrigatório (ex. Lei 8812 de 24/07/1991 – empregador obrigado a contribuir para a seguridade social para financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho; Lei 6453 de 17/10/1977 – artigo 13 – responsabilidade civil por danos nucleares).

7.Noção de risco

7.1 Teorias

Diversas são as teorias que buscam dar fundamento para a teoria do risco. Dentre várias se destacam estas abaixo relacionadas.

- a) Do risco integral – para essa teoria basta a existência do dano e a vinculação deste a um fato gerador, para assegurar a vítima à reparação. Esta é a mais radical, não indaga sobre o fato danoso. Exemplo típico é a teoria do risco administrativo, pois a administração responderia por essa teoria por qualquer ato do seu agente sem indagar a culpa. Essa teoria não é aceita atualmente.
- b) Do risco profissional – é responsabilidade objetiva decorrente da atividade laboral, que surge da existência de vínculo empregatício que se forma entre empregado e empregador.

- c) Do risco proveito – aquele que tira proveito ou vantagem do fato causador do dano é obrigado a repará-lo (*ubi emolumentum, ibi onus*).
- d) Do risco criado – se alguém coloca em funcionamento uma lícita atividade perigosa, responderá pelos danos causados a terceiros em decorrência dessa atividade, independentemente da comprovação de sua culpa.

Essa teoria, juntamente com a do risco-proveito e do risco profissional é as mais aceitas na atualidade. O principal elemento para essa teoria é o perigo que existe em algumas atividades, em razão da natureza ou meios empregados, que sujeitam o homem à riscos de toda ordem.

O que pode ser discutível é a noção de perigo, haja vista que perigo pode existir em qualquer tipo de atividade. Mas constatações científicas e fáticas nos fazem determinar atividades cuja natureza ou meios utilizados oferecem riscos acentuados ao homem, e por isso mesmo são regulados pela legislação doutrina e jurisprudência, como sendo atividades perigosas, ensejadora de responsabilidade objetiva fundada no risco criado.

7.2 Responsabilidade por risco no ordenamento jurídico brasileiro

Fora do Código Civil temos vários exemplos de responsabilidade objetiva dentre os quais destacamos os seguintes:

- a) Responsabilidade do empregador nos acidentes de trabalho – regulada pela Constituição Federal, no artigo 7o., inciso XXIII, e pela lei 8213 de 24 de julho de 1991, e o decreto no. 3048, de 6 de maio de 1999;
- b) Responsabilidade nos acidentes de transporte em estrada de ferro – decreto legislativo no. 2681, de 7 de dezembro de 1912 e decreto no. 1832 de 8 de março de 1993;
- c) Responsabilidade nos acidentes de transporte aéreo – lei no. 7565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica);
- d) Responsabilidade nos acidentes de transporte por água – decreto-lei no. 116, de 25 de janeiro de 1967;
- e) Responsabilidade nos acidentes de transporte por veículos automotores em vias terrestres – decreto-lei no. 73, de 21 de novembro de 1966, lei no. 6194 de 19 de dezembro de 1974, e lei no. 8441, de 13 de julho de 1992 (Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre).
- f) Responsabilidade em acidentes em minas – decreto-lei no. 227, de 28 de fevereiro de 1967, e decreto-lei no. 308 de 14 de março de 1967.
- g) Responsabilidade em acidentes nucleares – lei no. 6453, de 17 de outubro de 1977;
- h) Responsabilidade decorrente da relação de consumo – lei no. 8078 de 11 de setembro de 1990;
- i) Responsabilidade objetiva em decorrência da dominação de mercado – lei no. 8884 de 1994, artigo 20;
- j) Responsabilidade em decorrência de danos ao meio ambiente – artigo 225, parágrafo 3º., lei no. 6938, de 1981.

No Código Civil, temos outros exemplos de responsabilidade objetiva, como em casos de:

- a) Danos decorrentes de coisas lançadas de imóveis (artigo 1529 do CC). Há muitos casos de nossos tribunais, em que o condomínio é responsabilizado por objetos lançados de edifícios em que não se consegue identificar qual a unidade responsável. Há uma divisão, pelos condôminos do dever de reparar, independente de culpa.
- b) Responsabilidade por fato de terceiro (artigo 1521 do CC). – Ainda que o artigo 1523 CC, preveja a necessidade de prova da culpa ou negligência para responsabilização, observando a doutrina e jurisprudência e fica clara a tendência à presunção de culpa e até mesmo à objetivação. Para confirmarmos a nossa visão, transcrevemos aqui, um acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia de 1993 que trata do tema:

“Acórdão unânime. 4ª. Câmara Cível do TJ da Bahia na Apelação cível no. 6864-8, rel. Desembargador Benito Figueiredo, julgada em 10/03/1993 - a presunção de culpa dos pais em relação a atos dos filhos menores advém dos deveres de educação e vigilância ínsitos ao pátrio poder e somente a comprovação de inimputabilidade genérica ou a juridicidade do comportamento do filho poderá afastar a responsabilidade indenizatória legalmente estipulada – Código Civil, artigo 1521, inciso I - , sendo irrelevante a circunstância de o vínculo sinistrante pertencer ao menor causador do acidente”.

Lido este acórdão fica-nos a impressão de que não se trata de mera presunção de culpa, com a conseqüente inversão do ônus da prova, mas uma objetivação da responsabilidade dos pais.

- c) Responsabilidade decorrente da guarda de coisa animada (artigo 1527) e guarda de coisa inanimada.

A primeira hipótese é a guarda do semovente. Aqui também, nos parece que o dever de reparar é objetivo, embora mitigado pelas escusas legais dos incisos do artigo 1527, que deverão ser interpretados restritivamente.

Quanto às coisas inanimadas, não há uma expressa previsão legal. Porém, analisados alguns julgados dos nossos tribunais observa-se tendência nítida à objetivação. Exemplo disso, é a responsabilização solidária do dono de automóvel que empresta a condutor habilitado, prudente, não configurando falha de conduta, nem ilicitude, e ocorre um acidente. O dono do automóvel tem o dever solidário pelo dano, ressalvado direito de regresso contra o condutor.

- d) Nas relações de vizinhança e danos causados à segurança, sossego, saúde, ou propriedade alheia. (artigo 554 e seguintes do Código Civil) independe de falta. Exemplo: ato lícito de construção de um prédio, e pelo fato da construção, mesmo observada todos os requisitos técnicos de segurança, surge no prédio vizinho rachaduras. Esses danos devem ser reparados por aquele que está construindo.

Com relação a incômodos surgidos da relação de vizinhança que produzam danos, estas passam a ser passíveis de produzir obrigação de indenizar quando é superada a tolerabilidade ordinária. Essa tolerabilidade ordinária tem fatores objetivos de verificação, como o zoneamento, necessidades coletivas, a destinação do local, o normal exercício de direito, etc.

- e) Outros exemplos:

- Artigo 560 – os donos dos prédios por onde se estabelece a passagem para o prédio encravado têm direito a indenização cabal.
- Artigo 567 – ...
- Parágrafo único – ao proprietário prejudicado, em tal caso, também assiste direito de indenização pelos danos, que de futuro lhe advenham com a infiltração ou a irrupção das águas, bem como a deterioração das obras destinadas a canalizá-las.
- Artigo 706 – se as necessidades da cultura do prédio dominante impuserem à servidão maior largueza, o dono do serviente é obrigado a sofrê-la; mas tem direito a ser indenizado pelo excesso.

8.Pressupostos da responsabilidade objetiva

Os pressupostos da responsabilidade objetiva são: a ação, o nexo causal e o dano. Portanto, o que se distingue da responsabilidade subjetiva é o fato de não se analisar a culpa. Além disso, temos características próprias de cada pressuposto que passaremos a estudar a seguir.

8.1 1º. Pressuposto : Ação (ou Omissão) do Agente

O agente que causa dano a terceiros, originado de ato lícito, e esta ação deve trazer risco à coletividade.

Os exemplos que se inserem neste contexto, temos as atividades de: transportes e mineração.

a) Atividade de transportes:

- por estrada de ferro (Decreto Lei 2681 – 7/12/1912 – art. 26, 1º., 2º. – precursor da responsabilidade no Brasil; Decreto no. 1832 – 4 de março de 1996);
- por via aérea (Lei no. 7565 de 19/11/1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica e além de convenções internacionais como a convenção de Varsóvia de 1929, de Budapeste, de outubro de 1932, de Roma, de 29 de maio de 1932, aprovada pelo Brasil pelo Decreto Lei no. 599 de 13 de julho de 1938, convenção de Haia de 1955 e Protocolo Adicional de Montreal, de 1975);
- por via d'água (Decreto Lei no. 116, de 25 de janeiro de 1967);
- por veículos automotores (Decreto Lei no. 73, de 21 de novembro de 1966; Lei no. 6194 de 19 de dezembro de 1974; Lei no. 8441 de 13 de julho de 1992).

b) Atividades de mineração – Decreto Lei no. 227 de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto Lei no. 318, de 14 de março de 1967 (art. 27).

c) Atividade nuclear – (Artigo 4º., Lei no. 6453, de 17 de outubro de 1977).

- d) Acidentes de trabalho – (Constituição Federal, artigo 7º., XXVIII da Constituição Federal, Lei no. 8212 e 8213 de 24 de julho de 1991. O primeiro dispõe sobre a organização da seguridade social e plano de custeio, e o segundo sobre os planos de benefícios da previdência social).
- e) Acidentes de consumo – (Lei no. 8078 d 11 de setembro de 1990 – CODECON).
- f) Acidente ecológico – (Artigo 14, 1º., Lei no. 6938/81), e outras elencadas no Código Civil.

8.2 2º. Pressuposto: Nexo Causal

O nexo causal é um pressuposto importante, pois não há dano reparável sem que sejam averiguadas e constatadas as causas prováveis do dano. O nexo se encontra entre a atividade criadora do risco e o dano causado a alguém. Tanto é a sua importância, que , autores importantes como Rodiere chegaram a dizer que “todo sistema de responsabilidade requer uma relação de causa e efeito”³². Na responsabilidade subjetiva, o vínculo que importa é entre dano e ação culposa ou dolosa do agente. Na responsabilidade objetiva, o vínculo é entre dano e proveito ou vantagem do agente ou com a atividade desenvolvida pelo agente. Isto é não há reparação porque a ação ;e culposa, mas porque é causal.. “pela teoria do risco, o nexo causal é suficiente para o fim de atribuição de responsabilidade, independente de haver culpa do agente”³³.

³²René Rodiere apud. Gomes Alonso. obra citada.p. 152

³³Agostino Alvim Apud Gomoos Alonso. obra citada, p.153.

Portanto, a obrigação de reparar o dano surge, para a doutrina objetivista, se há relação de causalidade entre atividade criadora de risco do agente e o dano, independente da atividade ser culposa.

O ônus da prova do nexo causal, cabe à vítima.

8.3 3º. Pressuposto: Dano

O acusado por uma ação lícita, consistindo em diminuição ou subtração de qualquer bem jurídico pertencente ao lesado. Difere do dano da responsabilidade subjetiva, pelo fato de não surgir de fato ilícito.

O dano deve ser comprovado e reparável.

9. Teorias acerca do nexo causal

A causa do dano, à primeira vista não nos parece difícil determinar-se. Contudo, em muitos casos existem concausas que tornam a determinação da causa, de extrema complexidade.

Três teorias se destacam: a) da equivalência das condições (teoria da *conditio sine qua non*); b) da causalidade adequada; c) dos danos diretos e imediatos. Agora, passaremos a analisar cada um deles.

9.1 Teoria da equivalência das condições

Esta teoria foi inicialmente elaborada por Von Buri e reformulada por Von Liszt.

Para esta teoria, todas as condições que contribuem para a ocorrência do dano, constituem uma causa, pois, se não tivesse ocorrido uma das condições, o dano também não teria acontecido.(*conditio sine qua non*).

Devido a sua amplitude foi muito contestada, pois levava a injustiças, como explica Wilson Melo da Silva: “a teoria da equivalência das condições, pela nenhuma restrição à ampla regra do estabelecimento da relação de causa e efeito entre condições necessariamente dependentes uma das outras, embora lógica, pode conduzir a resultados aberrantes dentro do direito”³⁴.

9.2 Teoria da causalidade adequada

Formulada por Von Bar e desenvolvida por Von Kries, considera a causa do dano o idôneo, isto é , o dano deve originar-se de fato capaz de lhe dar causa.

Caio Mário da Silva Pereira, explica a teoria nos seguintes termos:

³⁴ SILVA, Wilson Melo.*Responsabilidade sem culpa*. São Paulo: Saraiva, 1974. p. 116

“...o problema da relação de causalidade é uma questão científica de probabilidade. Dentre os antecedentes do dano, há que se destacar aquele que está em condições de necessariamente tê-lo produzido. Praticamente em toda ação de indenização, o juiz tem de eliminar fatos menos relevantes, que possam figurar entre os antecedentes do dano. São aqueles que seriam indiferentes à sua efetivação. O critério eliminatório, consiste em estabelecer que, mesmo na sua ausência, o prejuízo ocorreria. Após esse processo de expurgo, resta algum que, ‘no curso do processo normal das coisas’ provoca um dano dessa natureza. Em consequência, a doutrina que se constrói nesse processo técnico se diz de ‘causalidade adequada’, porque faz salientar, na multiplicidade de fatores causais, aquele que, normalmente, pode ser o centro do nexo de causalidade, eliminando os demais...”³⁵

Ainda analisando a doutrina, constatamos a importância da subjetividade, isto é, o conhecimento do agente de que a causa é adequada. Contudo, este gera dúvidas: quais as condições são consideradas, seria conforme o juízo do agente? Em relação ao prejuízo. Enfim, esta subjetividade torna esta teoria imprecisa e altamente criticável.

9.3 Teoria dos danos diretos e imediatos

Formulada por Dumoulin e Pothier, é abrigada pelo nosso Código Civil em seu artigo 1060, que diz: “ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato.”

Por esta teoria, excluem-se ações indiretas e remotas, somente considerando a causa do dano, a ação mais próxima que ele deriva, pois

³⁵PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. p.79.).

o dano em consequência necessária dessa ação. O nexo se estabelece entre o dano e ação que foi causa necessária, indireta, não podendo ser atribuída a outra, portanto, havendo uma primeira causa e surgindo um novo dano atribuível a pessoa imputável e sendo ato ilícito há o rompimento do primeiro nexo causal, mudando-se o responsável e essa pessoa pode ser um terceiro, ou até mesmo o credor. Esclareceremos com um exemplo: um pedestre é atropelado por um motorista que vem a lhe causar danos leves. A culpa é exclusiva do condutor. A vítima é transportada numa ambulância que se acidenta por culpa de seu condutor, e a vítima do primeiro acidente, que estava sendo transportada vem a falecer. Neste caso, rompe-se o primeiro nexo causal, e o motorista que atropelou o pedestre não será responsabilizado.

Na responsabilidade objetiva, o nexo causal surge entre o ato lícito e o dano. Não se cogita se há culpa ou não.

CAPÍTULO III - APLICAÇÃO DAS TEORIAS DA CULPA E DO RISCO NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO.

Especificamente com relação ao trânsito, a sua administração, como é sabido a muito tempo, deve seguir os três “ês” básicos: Engeneering, Education e Enforcement (engenharia , educação e execução da lei, fazendo valer as leis do convívio social). O principal local de atuação do aplicador do direito está na execução da lei. O homem social deve sentir que as leis a que ele obedece estão sendo observadas pelos outros indivíduos que compõe o corpo social, e quando não observadas, aquele que infringiu a lei sofre uma sanção.

Atualmente a ocorrência de acidentes em que se envolvem veículos automotores é de um número assustador e alarmante. Pode-se dizer que “morre-se mais que nas guerras”³⁶.

Não se sabe em quais dos “ês” a sociedade tem errado, mas o último é de nossa responsabilidade, é o campo de atuação do jurista, advogado, juiz, enfim de todos os aplicadores do direito.

Se a lei não funciona do jeito que foi posta para nós, usemos a hermenêutica. Não devemos ser legalistas ao extremo, a ponto de tentar aplicar uma lei que notoriamente não funciona.

A sociedade quer uma resposta do judiciário à lesão que porventura um cidadão tenha tido em direito seu. Se não há modos de voltar ao *status quo ante*, ao menos uma reparação que diminua os prejuízos da lesão ao direito.

³⁶ CARNEIRO, Joseval. Comentários ao código de trânsito brasileiro. São Paulo: LTr, 1998,p. 17.

Disto nasce a importância da responsabilidade civil no tocante aos acidentes de trânsito. A lei não consegue evitar os acidentes. E estes provocam danos às pessoas ou ao seu patrimônio, que são protegidos pelo direito. E esta proteção somente é conseguida mediante o judiciário pleiteando indenização pelos danos.

Nem mesmo a nova legislação de trânsito (Lei 9503 de 23 de Setembro de 1977, com alterações da lei 9602 de 21 de Janeiro de 1998.) nascida há pouco tempo, conseguiu diminuir a enorme quantidade de acidentes, que chega ao assustador número de 1 milhão de acidentes anuais, vitimando com a morte cerca de 50 mil pessoas e ferindo mais de 350 mil, além de 4 bilhões de dólares em prejuízos³⁷.

Em princípio, poder-se-ia entender que a responsabilização nos casos de acidentes de trânsito seria baseada no erro de conduta do condutor, isto é, em virtude de negligência, imperícia, ou imprudência deste, violando normas regulamentares de trânsito, responde o condutor ou dono do veículo conforme o artigo 159 do Código Civil. Portanto, seriam casos de responsabilidade subjetiva, em que a vítima teria o ônus de comprovar a culpa do agente. Da mesma opinião é Stocco, pois analisando a responsabilidade decorrente de acidentes de trânsito, o autor acima citado doutrina que "a hipótese mais singela e mais freqüente é a da aplicação da 'teoria da culpa', seja por fato próprio, seja por empregado ou preposto"³⁸.

Para comprovar a importância do elemento culpa, transcrevemos abaixo exemplos de julgados retirados da jurisprudência, nos quais o

³⁷ ANACLETO, Francisco João. Manual de trânsito ilustrado: solução para reduzir acidentes. Curitiba: Oficina do Impresso Gráfica e Editora, 1998.p.11.

³⁸ STOCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência.3ª- ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais,1997, p.662.).

elemento culpa é essencial para determinação daquele que irá reparar o dano:

“Acidente de trânsito – Atropelamento

“É mister a prova inequívoca da culpa do preposto da demandada na causação do acidente fatal ante a apresentação de versões antagônicas sobre os fatos narrados pelas partes. Inexistente tal comprovação nos autos, improcede a ação.

Prevalência do conteúdo do depoimento da testemunha ocular e sem qualquer vínculo com os litigantes ou interesse na solução da demanda, bem como da ocorrência policial, já que documento revestido de fé pública. Apelação não provida. (Apelação cível n. 196032742, 6ª-Câmara Cível do TARS, Caxias do Sul, Rel. José Carlos Teixeira Giorgis, julgado em 09/05/96, unânime).”

Outro acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, no mesmo sentido:

“Acidente de trânsito – Culpa. Abalroamento. Colisão múltipla.

Na denominada carambola, o veículo age como corpo neutro e é impelido contra o outro, não se podendo cogitar de proceder culposos do motorista. (Apelação cível n. 194223525, 9ª- Câmara Cível do TAPR, Paranaíba, Rel. Juiz Conv. Clayton Reis, Julg.: 28/02/96, Ac. 6696, Publicado em 29/03/96.)”

Além da teoria da culpa, com relação aos acidentes de trânsito, aplica-se a chamada ‘teoria da culpa contra a legalidade’. Esta teoria afirma que só o fato da transgressão da norma regulamentar de trânsito

materializaria a culpa, sem necessidade de demonstrar imprudência, imprevisão ou negligência do agente³⁹.

Um exemplo de aplicação desta teoria nos apresenta Wilson Melo da Silva, como o caso do motorista que:

“...ao abusar da velocidade além dos limites estabelecidos pelos ordenamentos das leis de trânsito, em determinados locais, ocasionando acidentes, só pelo fato da transgressão da norma fixadora do limite máximo da velocidade para esses locais, teria incidido em culpa, que levaria a indenizar pelo eventus damni, daí defluente.”⁴⁰

Porém , esta teoria não é o suficiente para abarcar todas as situações, haja vista que as normas de trânsito não prevêm todas as possíveis causas de acidentes, portanto casos existirão em que se aplicarão as regras do direito comum para a responsabilização do causador do dano.

Em algumas situações é possível visualizar-se uma mitigação da responsabilidade subjetiva, e uma visível tendência à objetivação da responsabilidade, com a presunção de culpa , como nos casos em que ocorre uma colisão na traseira do veículo, cujo exemplo também é retirado dos nossos tribunais:

“Acidente de trânsito – colisões múltiplas - Batida na traseira – presunção de culpa. “Constitui princípio elementar de condução de veículo a observância de distância suficiente para possibilitar qualquer manobra rápida e brusca, imposta por súbita freada do carro que segue à

³⁹ SILVA, Wilson Melo da. Da responsabilidade civil automobilística. 4^a- ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1983, p. 61 e ss.

⁴⁰ SILVA, Wilso Melo da. Obra citada, p.62.

frente. Não observada essa norma e sobrevivendo colisão na traseira do veículo que segue à frente, incumbe o dever de indenizar, presumindo-se a culpabilidade de quem colide na traseira. Recurso não provido. (Apelação cível n. 196270516, 1ª- Câmara cível do TARS, Novo Hamburgo, Relator Arno Werlang, julgado em 26/08/97.)”.

Em outros casos também ocorrem responsabilidade objetiva. É o caso da responsabilidade do Estado. O Estado responde objetivamente por danos causados aos cidadãos conforme previsão constitucional.(Art. 37, parágrafo 6º-). Essa regra também vale para casos em que os agentes do Estado causam danos a terceiros com o envolvimento em acidentes automobilísticos, utilizando veículos do Estado, e estando a serviço deste. Exemplo deste entendimento, retirado da doutrina temos no acórdão abaixo transcrito:

“Responsabilidade civil – acidente de trânsito envolvendo veículo do município. Teoria da responsabilidade objetiva. Para exonerar-se da responsabilidade, o município deve demonstrar a inexistência do nexo de causalidade entre a conduta do seu preposto e o evento danoso.

Ausente a prova de que o acidente adveio de fato imputável ao motorista do veículo da parte adversa, resta inafastável o dever de indenizar. (Embargos infringentes n. 194015152, 1º- Grupo Cível do TARS, Bento Gonçalves, Rel. Maria Isabel Brogini, 10/03/95).”

A responsabilidade objetiva também ocorre no seguro obrigatório de veículos automotores, como veremos no acórdão abaixo transcrito:

“Indenização – acidente de trânsito – seguro obrigatório vencido - responsabilidade do proprietário do veículo.

O seguro obrigatório de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores (DPVAT) é realizado em benefício da vítima, repousando na teoria da responsabilidade puramente objetiva, não se perquirindo a culpa.

Inexistindo seguro obrigatório ou estando o mesmo vencido, seu proprietário responde como se segurador fosse. Orientação jurisprudencial. Apelação não provida. (Apelação n. 1911162221, TARS, Juiz Flávio Pâncaro da Silva, julgado em 26/02/92)."

Pela leitura do acórdão acima transcrito ainda se infere que para o proprietário do veículo que não faz ou não renova seguro obrigatório, também responde objetivamente, pois, esta responderá *"como se segurador fosse"*.

Isto é, para o seguro obrigatório de veículos automotores, que segue o disposto na Lei n 6197/ de 1974, com nova redação dada pela Lei n. 8841 de 1992, o dever de pagar da seguradora o valor previsto, independe de culpa do motorista. Basta que se comprove a ocorrência do acidente. Somente se exime do pagamento caso a seguradora comprove dolo da vítima, como no caso do suicídio.

Portanto, o seguro obrigatório é sempre devido, mesmo que inexistir. Neste caso, o proprietário é que tem o dever de arcar com o montante que seria devido pela seguradora. Obedecendo ao artigo 7º- da Lei 8841/92 que transcrevemos abaixo:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos, por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei".

Em muitos casos, acidentes que tivessem a responsabilização baseada apenas na culpa, seriam visivelmente injustas. A jurisprudência

tem tentado solucionar este problema com uma hermenêutica construtiva como podemos ver do aresto do STJ, que segue abaixo:

"Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Colisão com veículo regularmente estacionado. Fato de terceiro. 'Fechada'. Estado de necessidade. Licitude da conduta do causador do dano. Ausência de culpa demonstrada. Circunstância que não afasta a obrigação reparatória (Artigo 160, II, e 1520 do Código Civil). Recurso conhecido e provido.

I – O motorista que, ao desviar de 'fechada' provocada por terceiro, vem a colidir com automóvel que se encontra regularmente estacionado, responde perante o proprietário deste pelos danos causados, não sendo elisiva da obrigação indenizatória à circunstância de ter agido em estado de necessidade.

II – Em casos tais, ao agente causador do dano assiste tão somente direito de regresso contra o terceiro que deu causa à situação de perigo. (Acórdão unânime da 4ª. turma do STJ, Recurso Especial n. 12840/ R.J., julgado em 22/02/1994, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo)."

Interessante hipótese é a responsabilidade objetiva que é ligada aos perigos profissionais. É a responsabilidade da locadora pelo carro locado; a auto-escola que responde pelos danos a terceiros, assim como do aprendiz, pois se considera uma prestação de serviço, e seu vício, será regulado pelo Código de Defesa do Consumidor (Artigos 14 e 17 da Lei 8078/90).

E somados a outros exemplos já citados por nós no decorrer do trabalho, como a responsabilidade dos pais, ou daquele que empresta veículo à pessoa habilitada e prudente, constituem um rol de situações que são ao nosso ver o suficiente para comprovar que não mais são suficientes os dispositivos do Código Civil que regulam esta matéria, baseando-se quase que exclusivamente na teoria da responsabilidade subjetiva.

A jurisprudência já se apercebeu deste fato, haja vista que esta vem emitindo cada vez mais julgados na direção de uma objetivação , mitigando-se muitas vezes o fator culpa em defesa da reparação.

Enfim, dito isto, não resta dúvida quanto a existência tanto da teoria objetiva, quanto da subjetiva, não podendo se dizer que uma prevalece sobre a outra, haja vista que rege situações próprias, e em muitos casos coexistem, pois, como foi visto acima, no que concerne ao quantum do seguro obrigatório a responsabilidade é objetiva.

Mas havendo culpa do condutor, a indenização será ampla, além da cobertura do seguro, até o montante do prejuízo, em sendo este maior. Portanto, é aplicável tanto a teoria subjetiva, quanto à objetiva nos acidentes de trânsito.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO

Da leitura do trabalho acima exposto, fica demonstrado que o Código Civil tem uma perspectiva estritamente individualista e insere na culpa valor considerável e muitas vezes exagerado para efeitos de reparação civil.

Quanto às perspectivas futuras, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n. 118, de 1984 – n. 634/75, que está em vias de aprovação, possui dois capítulos, no livro destinado ao Direito das Obrigações, sobre obrigações da responsabilidade civil.

O projeto incorpora explicitamente a teoria da responsabilidade objetiva em alguns artigos, a saber:

“Art. 926 – Aquele que, por ato ilícito (artigo 185 e 186), causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo.

Parágrafo único – Haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para direito de outrem”.

Outro dispositivo que também traz a teoria do risco é o que trata da responsabilidade civil por fato de terceiros:

“Art. 931 – São também responsáveis pela reparação civil:

I – Os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II – O tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III – O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV – (...);

V – (...).

Art. 932 – As pessoas indicadas nos incisos I a III do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos”.

Enfim, esses artigos do Projeto demonstram por si só que houve um avanço no campo da responsabilização, apesar de inúmeras críticas, muitas delas até acertadas, que se faz ao Projeto.

Muito ainda falta, mas estas omissões devem ser mitigadas pelo legislador buscando regular situações específicas com legislações próprias, e com auxílio da jurisprudência, que deve realizar uma hermenêutica construtiva destas leis.

A prática demonstrou que a responsabilidade baseada somente na culpa não é o suficiente para abarcar a complexidade e diversidade de situações que a vida moderna nos apresenta.

A jurisprudência buscou avançar e realizou uma objetivação de algumas situações que, baseados somente na letra da lei, seriam injustas, pois a prova da culpa em muitos casos é extremamente difícil, muitas vezes impossível, principalmente em países como o Brasil em que as disparidades econômicas entre os indivíduos são gritantes. Pior é em casos em que é verificada a existência de relações de poder de um sobre outro, estas dificultam ainda mais a tentativa de alcançar a reparação.

Com a adoção de alguns princípios solidaristas como a equidade, a solidariedade, o bem comum, a paz pública, a valorização do social em detrimento do individual, muda-se também os parâmetros para os legisladores e principalmente para os aplicadores do Direito. Estes foram os primeiros a sentirem na prática a necessidade de construção de uma nova base teórica, que permitisse em alguns casos a reparação sem a necessidade da prova da culpa.

Começou-se primeiramente a utilizar presunção da culpa e por fim chegou-se à teoria da responsabilidade objetiva. Esta talvez seja criticável em vários aspectos, porém não resta dúvidas de que juntamente com a antiga concepção subjetivista, trouxe novas luzes ao campo da reparação civil.

Como já foi dito, o principal escopo da responsabilidade civil é restabelecer o equilíbrio que é quebrado com a prática de um ato (ação ou omissão) que causa danos a outrem. E este equilíbrio é de vital importância para a manutenção da estrutura social. Sem equilíbrio a paz social não se estabelece, há uma profunda crise social, as instituições, principalmente a justiça perde credibilidade, e esta perda de credibilidade

é muito perigosa para o Estado Democrático de Direito, pois um Estado sem Direito seria semelhante à sociedade primitiva em que não havia proteção do mais fraco, e a força seria o único meio de fazer com que interesses de uns prevaleçam sobre os interesses dos demais.

A revolução tecnológica trouxe um desequilíbrio econômico muito grande entre o detentor dos meios de produção e os trabalhadores. Restabelecer um pouco do equilíbrio utilizando meios legais, dando tratamento desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades (responsabilidade objetiva do empregador, do Estado, etc.), é dar tratamento isonômico, é dar a cada um o que lhe é devido, enfim é fazer a justiça, que traz a tão almejada segurança para a vida em sociedade.

E para este fim, a teoria subjetiva tornou-se insuficiente, por este motivo, surge a teoria da responsabilidade objetiva, como alternativa para complementação e não substituição à teoria clássica, como muitos queriam. Haja vista que adotada somente a responsabilidade objetiva, também hipóteses injustas surgiriam, como irresponsabilização daquele que teve culpa exclusiva, ou responsabilização insuficiente.

Portanto, ambas devem coexistir, para que situações que não possam ser abarcadas pela responsabilidade subjetiva possam, mediante previsão legal ou construção jurisprudencial, passar à objetivação, como alternativa para que se mantenha o equilíbrio, a harmonia entre os indivíduos que compõem a sociedade.

Pois o homem, adotado a postura contratualista de sociedade tem, conforme doutrina Ascensão, necessidade de se agrupar para a subsistência e realização de seus fins, e por isso, precisa da colaboração de outros. E para a manutenção dessa sociedade, é necessário que exista uma ordem, e a principal ordem é a jurídica que, regula através de

normas jurídicas a convivência social, visando principalmente a justiça e a segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR DIAS, José de. *Da responsabilidade civil*. 4.ed. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Forense, 1960.
- ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ANACLETO, Francisco João. *Manual de trânsito ilustrado: Solução para reduzir acidentes*. Curitiba: Oficina do Impresso Gráfica e Editora, 1998.
- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo de. *Delitos de trânsito*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Responsabilidade civil nas atividades nucleares*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- CARNEIRO, Joseval. *Comentários ao código de trânsito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998.
- CASTELO BRANCO, Elsir. *Do seguro obrigatório de responsabilidade civil*. Rio de Janeiro – São Paulo: Jurídica e Universitária Ltda, 1971.
- CASTRO, Guilherme Couto de. *A responsabilidade civil objetiva no direito brasileiro: o papel da culpa em seu contexto*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3.ed. vol. VII. São Paulo: Saraiva, 1987.
- ESTEVILL, Luis Pascual. *Hacia un concepto actual de la responsabilidad civil*. Tomo I, Parte General. BARCELONA: Bosh Casa Editorial AS, 1989.
- FERREIRA, Vieira. *Da responsabilidade civil em acidentes de automóvel*. São Paulo: Saraiva, 1944.
- GARCEZ NETO, Martinho. *Prática da responsabilidade civil*. 2. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Jurídica e Universitária, 1972.
- GHERSI, Carlos A. *Accidentes de tránsito: Derechos y reparación de danos*. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1998.

- GOMES, Orlando. *Obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. Marília: Seleções Jurídicas, 1979.
- GONZAGA, Vair. *Da indenização*. Leme: Editora de Direito, 1997.
- LIMA, Alvino. *Da responsabilidade civil pelo fato de outrem*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- _____. *Da culpa ao risco*. São Paulo: RT, 1938.
- MATIELO, Fabrício Zamprogna. *Responsabilidade civil em acidentes de trânsito*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.
- MEDEIROS, Rui. *Dicionário de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MENDONÇA, Fernando. *Direito dos transportes*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- MONTENEGRO, Antônio L.C. *Responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Anaconda Cultural Edições. 1986.
- MORAES, Gabriel Cavour Penna de. *Seguro de responsabilidade civil obrigatório de veículos automotores: doutrina hermenêutica e aplicação*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1972.
- NEPOMUCENO, Paulo Polly. *A integral reparação do dano: custas, honorários, correção monetária*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1972.
- PARIZATTO, João Roberto. *Delitos em acidentes de trânsito: doutrina e jurisprudência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Aide, 1993.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil: de acordo com a Constituição de 1988*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- RIZZARDO, Arnaldo. *A reparação nos acidentes de trânsito*. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- ROCHA, Luis Carlos. *Direito de trânsito: teoria e prática*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito civil: responsabilidade civil*. 6.ed. vol. 4. São Paulo: Saraiva, 1982.

SILVA, Wilson Mello da. *Da responsabilidade civil automobilística*. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____ *Responsabilidade sem culpa*. São Paulo: Saraiva, 1974.

STOCCO, Rui. *responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 4.ed. Rio de Janeiro: Aide, 1997.

VIEIRA NETTO, José Rodrigues. *O risco e a imprevisão: duas tendências no âmbito da responsabilidade civil*. Curitiba: Juruá, 1989.

WALD, Arnoldo. *Correção monetária das indenizações decorrentes de responsabilidade civil*. RT 434.

ANEXOS

Estatísticas

Acidentes de Trânsito em Curitiba - 1995 a 2000

Dados	ANOS					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
População	1.386.692	1.429.788	1.516.467	1.550.317	1.584.232	1.607.793
Frota	541.068	566.967	619.237	655.386	684.212	674.781
Acidentes com vítimas	6.390	6.066	5.942	5.534	6.346	5.669
Vítimas Fatais	101	124	102	71	74	107
Vítimas não fatais	8.209	7.929	7.860	7.046	7.299	7.201
Total de vítimas	8.310	8.053	7.962	7.117	7.373	7.308
Índices	ANOS					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Motorização (veículos / 100 habitantes)	39,02	39,65	40,83	42,27	43,18	41,97
Mortos por 10.000 veículos	1,87	2,19	1,65	1,08	1,08	1,59
Mortos por 100.000 habitantes	7,28	8,67	6,73	4,58	4,67	6,65
Feridos por 1.000 veículos	15,17	13,98	12,69	10,75	10,66	10,67
Feridos por 10.000 habitantes	59,20	55,45	51,83	45,45	46,07	44,79
Acidentes com vítimas por 1.000 veículos	11,81	10,70	9,60	8,44	9,27	8,40

Fonte: DETRAN - Coordenadoria Técnica - Divisão de Estatística
 BPTRAN - Secretaria do Plantão de Acidentes de Trânsito
 IPARDES (População)



Brasil

Índice/ Dado	1995	1997	1998
População	153,725,670	159,636,413	161,790,311
Frota	26,609,232	28,893,441	30,939,466
Acidentes (c/vítimas)	255,537	327,640	257,751
Vítimas Fatais	23,020	22,313	19,664
Vítimas não Fatais	286,732	297,993	311,126
Total Vítimas	309,752	320,306	330,790
Motorização	17.31	18.10	19.12
Mortos por 10.000 Veículos	8.65	7.72	6.36
Mortos por 100.000 Habitantes	14.97	13.98	12.15
Feridos por 1000 Veículos	10.78	10.31	10.06
Feridos por 10.000 Habitantes	18.65	18.67	19.23
Acidentes (c/v) por 1.000 Veículos	9.60	1.34	8.33

Estatísticas

**Evolução da Frota de Veículos no Estado do Paraná, segundo a Origem
1988 a 2000**

Ano	Total	Nacional	Estrangeiro	Não Especificado
1988	1.311.305	1.295.632	10.774	4.899
1989	1.392.589	1.377.241	10.952	4.396
1990	1.476.248	1.460.726	11.254	4.268
1991	1.556.297	1.539.174	12.891	4.232
1992	1.648.069	1.628.627	15.249	4.193
1993	1.654.497	1.630.670	20.323	3.504
1994	1.766.845	1.735.646	31.199	-
1995 (1)	1.736.464	1.686.385	50.079	-
1996	1.871.347	1.805.591	65.756	-
1997	2.058.263	1.969.525	88.738	-
1998	2.231.088	2.113.506	117.582	-
1999	2.370.661	2.235.147	135.514	-
2000 (2)	2.351.408	2.206.062	145.346	-

Notas:

(1) Redução da frota no ano de 1995, com a depuração feita no cadastro de veículos não movimentados desde o ano de 1986 no DETRAN/PR.

(2) Redução da frota no mês de dez/00 com a retirada dos veículos de placa amarela do cadastro do DETRAN/PR.

Fonte: DETRAN - Coordenadoria de Veículos

Acidentes de Trânsito no Estado do Paraná - 1996 a 2000

Dados	ANOS				
	1996	1997	1998	1999	2000
População	8.946.425	9.142.215	9.258.813	9.374.822	9.487.613
Frota	1.871.347	2.058.263	2.231.088	2.370.661	2.351.408
Acidentes com vítimas	23.680	25.324	25.423	27.792	26.879
Vítimas Fatais	1.747	1.734	1.505	1.510	1.439
Vítimas não fatais	33.928	35.766	35.267	38.135	36.951
Total de vítimas	35.675	37.500	36.772	39.645	38.390
Índices	ANOS				
	1996	1997	1998	1999	2000
Motorização (veículos / 100 habitantes)	20,92	22,51	24,10	25,29	24,78
Mortos por 10.000 veículos	9,33	8,42	6,74	6,37	6,12
Mortos por 100.000 habitantes	19,53	18,97	16,25	16,11	15,17
Feridos por 1.000 veículos	18,13	17,38	15,81	16,09	15,71
Feridos por 10.000 habitantes	37,92	39,12	38,09	40,68	38,95
Acidentes com vítimas por 1.000 veículos	12,65	12,30	11,39	11,72	11,43

Fonte: DETRAN - Coordenadoria Técnica - Divisão de Estatística
 BPTRAN - Secretaria do Plantão de Acidentes de Trânsito
 Polícia Militar do Paraná
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual
 IPARDES (População)